

Governo ainda não sabe quanto o País cresceu em 1987

3 JAN 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Fredy Krause

Incerteza, insegurança, indefinição. Sob estes signos o Brasil inicia o ano de 1988, ainda sem saber se continuará no regime presidencialista, ou se será adotado o parlamentarismo; se terá eleições diretas para Presidente da República ou não; se conseguirá renegociar sua dívida externa de longo prazo e se voltará a ter sua economia monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); se terá hiperinflação ou não e, pior: se a economia vai crescer em 1988 ou não.

Os dados sobre crescimento da economia em 1987 ainda não estão fechados. O último dado, até outubro, indicava um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,6% nos primeiros dez meses, graças ao desempenho da agropecuária, de 13,53% e que foi a mola-mestra para que o País mantivesse crescimento, ano passado. Até aquele período, as perspectivas eram de que a indústria talvez pudesse alcançar, no ano, um crescimento de 1%. Com isso, o crescimento de toda a economia terá ficado entre 2% e 3%.

E 1988?

Não existe, ainda, no Governo, um levantamento sério com projeções para o crescimento da economia neste ano. O coordenador da elaboração do Plano de Controle Macroeconômico, professor Fernando Dall'Acqua, assessor especial do ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira, não se arrisca a uma previsão. Segundo ele, a próxima revisão do Plano macro só deverá ocorrer no começo de fevereiro. E não há, por enquanto, parâmetros que possibilitem uma previsão para o ano.

Na Secretaria do Planejamento (Seplan), o vice-presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) e coordenador da elaboração do Programa de Ação Governamental (PAG), Geraldo Alencar, também não se aventura a uma previsão. Para ele, isto somente poderá ser possível no final deste mês ou no início de fevereiro. Mas ele se mostra otimista.

Pessimismo

Tanto o Programa de Ação Governamental de 30 de setembro, quanto o Programa de Controle Macroeconômico, de 20 de julho do ano passado, previram um crescimento de pelo menos 6% do PIB em 1988. No entanto, já em outubro os técnicos que elaboraram o plano macro foram pessimistas na sua reavaliação. Já naquela época eles não se aventuravam a uma estimativa superior a 4%. O que significa que, descontado o crescimento demográfico, ainda em torno de 2,6% ao ano, o crescimento real não ultrapassaria a 1,4%.

O ex-coordenador da Comissão

de Acompanhamento do Plano Bresser e assessor técnico da Secretaria do Tesouro Nacional, Cláudio Adilson Gonçalves, acha que uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 4% e 5% em 1988 já será razoável. Porque em 1987 o crescimento do PIB foi puxado basicamente pelo desempenho excepcional da agropecuária, sobretudo pela safra recorde de 64,5 milhões de toneladas de grãos. Realisticamente falando, ele considera difícil a agricultura superar esta marca neste ano, pelo menos significativamente. Portanto, o crescimento dependerá basicamente da indústria. Mas a tendência, no seu entendimento, é no sentido de uma desaceleração ainda maior no setor industrial. Ela começou em meados de 1987 e tende a se agravar em virtude da repressão da renda e da falta de investimentos provocadas pelas incertezas da situação política e econômica do momento.

Otimismo isolado

De diversos economistas do Governo consultados pelo Jornal de Brasília, o único que ainda mantinha otimismo quanto a 1988 foi o vice-presidente do Ipea, Geraldo Alencar. Ele ainda acredita num crescimento de 6%. Embora consciente de que o País não poderá contar com uma reprise da supersafra de 1987, Alencar acredita que será possível dar à indústria os impulsos necessários para que ela compense a parte da agricultura no crescimento do PIB.

São dois os fatores que ainda mantêm o otimismo de Alencar: 1) Com a unificação dos vários orçamentos no Orçamento Geral da União, em 1988 será possível ao Governo controlar melhor seu orçamento e, com isso, assegurar a continuidade dos 100 principais projetos previstos no Programa de Ação Governamental; e 2) Ele acha que 1988 marcará o início do retorno do País à livre economia de mercado, com a redução da intervenção do Governo na economia e a adoção da liberdade de preços e de iniciativa no setor privado. E isso será um estímulo para a economia.

Geraldo Alencar acha fundamental para a economia que o PAG seja realmente executado. Este plano engloba todos os programas do Governo e da iniciativa privada para o quinquênio de 1987 a 1991. Nesse período, prevê investimentos de Cz\$ 14,3 bilhões (a preços de junho de 1987) na economia, Cz\$ 9,3 trilhões dos quais serão investidos pela iniciativa privada e Cz\$ 5 trilhões pelo Governo. Portanto, segundo Geraldo Alencar, basta que o Governo faça um bom acompanhamento do plano e injete recursos onde for necessário, que será possível direcionar o desenvolvimento da economia.